

A TRADUÇÃO CULTURAL COMO METÁFORA

CULTURAL TRANSLATION AS METAPHOR

Leila Cristina de Melo DARIN
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
ldarin@uol.com.br

RESUMO: Este artigo aborda o conceito de "tradução cultural", metáfora hoje incorporada à área de Estudos da Tradução (BHABHA, 1994/1998; RIBEIRO, 2005; SOUZA, 2004). São consideradas, a partir de um recorte necessário, diferentes concepções de metáfora e examinados os diversos usos metafóricos decorrentes do termo "tradução" e de suas associações com o termo "cultura". À luz da Teoria da Metáfora Conceitual proposta por Lakoff e Johnson (1980), analisa-se os sentidos implícitos na metáfora "tradução cultural".

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora; Tradução; Tradução cultural.

ABSTRACT: *This article focuses on the concept of "cultural translation" - a metaphor much used in the area of Translation Studies (BHABHA, 1994/1998; RIBEIRO, 2005; SOUZA, 2004). The discussion centers on different concepts of metaphor and on the several metaphorical uses of the word "translation", particularly on the associations it establishes with the concept of "culture". In the light of Conceptual Metaphor Theory put forth by Lakoff and Johnson (1980) an analysis of the metaphor "cultural translation" is carried out.*

KEYWORDS: *Translation; metaphor; Cultural translation.*

O que aparece no limiar entre o ser e o não ser, entre o sensível e o inteligível, entre a palavra e a coisa, não é o abismo obscuro do nada, mas a intensa luminosidade do possível.

Giorgio Agamben

0. O tempo da metáfora: sempre

A etimologia de uma palavra é sempre um curioso ponto de partida para a investigação de seus possíveis significados e – vale lembrar – um ponto de partida invariavelmente aberto ao infinito e recorrente jogo das interpretações. Instigados pela busca da suposta origem de uma palavra, acabamos por entrar em contato com a história de seus usos e aplicações.

Não é difícil constatar que o termo *metáfora* deriva do grego μεταφορά, transliterado para nosso alfabeto como *metapherein*, combinação de *meta* (“sobre” ou “além”) e *pherein* (“levar”, “transportar”). *Metáfora*, portanto, está associada à ideia de movimento: “transportar além”, “transferir”, ou “trocar de lugar”.

Como sabemos, Aristóteles foi o primeiro a tratar a metáfora como termo ligado à atividade retórica. O filósofo grego, tanto na *Poética* como na *Retórica*, designa metáfora como “o transporte a uma coisa de um nome que designa um outro, transporte quer do género à espécie, quer da espécie ao género, quer da espécie à espécie ou segundo a relação de analogia” (CEIA, 2010). Assim, palavras comuns tornam-se *metáforas*, isto é, são submetidas a processos de deslocamento, desvio ou transformação, deixando de representar seu significado conhecido ou “literal”, para adquirir um sentido diferenciado, figurado. O desvio é motivado por relações implícitas de analogia e semelhança e visa a alcançar determinado efeito discursivo, como, por exemplo, dotar de beleza ou de intensidade o discurso. Os pressupostos aristotélicos sobre a transformação da linguagem comum em metafórica foram acolhidos por Cícero, Horácio e Quintiliano e, ao longo dos séculos seguintes, reiterados por pensadores, escritores e críticos de diversas partes do mundo, constituindo-se na visão ou teoria predominante.

A concepção clássica da metáfora irá vigorar até o século XVIII, quando os poetas e críticos ingleses românticos Samuel T. Coleridge, William Wordsworth e Percy B. Shelley passam a tratar a metáfora como um recurso inerente à própria linguagem. Conforme explica Ceia (2010), para Coleridge, a metáfora pode ser concebida como ‘imagination in action’. Ela é, deste modo, indissociável da linguagem no seu todo, a qual, por sua vez, é essencialmente metafórica. Em outras palavras, as metáforas são inerentes ao processo de produção de linguagem.

Apesar de a reflexão dos românticos ingleses estar ligada ao papel da metáfora na poesia como efeito estilístico literário ou discursivo, ela é considerada, sob um ponto de vista mais abrangente,

como expressão viva de uma maneira de pensar, como uma projeção imaginativa da verdade. Christina Maria Weiler (2017), especialista em estudos da metáfora e PhD pela Purdue University com a tese *The Romantic Roots of Cognitive Poetics: A Comparative Study of Poetic Metaphor in Herder, Novalis, Wordsworth, Coleridge, and Shelley*, afirma que os poetas românticos ingleses veem no poder criativo da metáfora a origem da própria linguagem. Para Weiler (2017, p.120) esses autores, desde uma perspectiva literária e histórica, são precursores do estudo da metáfora como ferramenta cognitiva, visão que será desenvolvida dois séculos depois.

Outra notável contribuição para a reflexão sobre o tema foi empreendida ao final do século XIX pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Em "Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral" (1883), visando a elaborar seu pensamento sobre a vontade de poder e a oposição entre verdade e mentira, o filósofo se deteve na questão da formação da linguagem, que, segundo ele, traz em seu gérmen o poder da abstração do ambiente e das experiências com o mundo pela mediação de signos e conceitos. Na base do processo de produção da linguagem humana, portanto, encontra-se a metáfora.

Primeira metáfora: um estímulo nervoso transformado em percepção. Essa percepção, então, acoplada a um som. Quando falamos de árvores, cores, neve e flores, acreditamos saber algo a respeito das coisas em si, mas somente possuímos metáforas dessas coisas, e essas metáforas não correspondem de maneira alguma à essência do original. (NIETZSCHE apud ARROJO, 1985, p.40)

Defensor da noção de metáfora como condição para a existência da linguagem e do conhecimento, Nietzsche desafia a teoria da metáfora da Antiguidade Clássica, que a concebia com uma função tipicamente estética e secundária em relação à suposta palavra "literal" ou "original". A visão nietzschiana influenciará o grande ensaísta e poeta argentino Jorge Luis Borges (1926), quem, de forma criativa e poética, assim discorrerá sobre a força da metáfora como meio que torna possível a linguagem:

A linguagem é uma eficaz ordenação dessa enigmática abundância do mundo. Em outras palavras: os substantivos são invenções nossas. Apalpamos um círculo, vemos um montinho de luz cor de madrugada, umas cócegas nos alegram a boca, e mentimos que essas três coisas heterogêneas são apenas uma e lhe damos o nome de laranja. (BORGES, 1926 apud ARROJO, 1985, p.41)

O século XX endossará tal concepção nas ideias advogadas, entre outros, por Ivor A. Richards (*Philosophy of rhetoric*, 1936) e Paul Ricoeur (*A metáfora viva*, 1975). Para esses pensadores, a metáfora não constitui um modo excepcional de utilização da linguagem, mas é, antes, o modo como a língua funciona por meio de abstrações e ideias para que a comunicação seja viável. Ela não é um fenômeno exclusivo

da literatura, mas ocorre também nas expressões quotidianas, na ciência, nos mitos e na religião.

O paradoxo é este: não há discurso sobre a metáfora que não se diga em uma rede conceitual metaforicamente engendrada. Não há lugar não-metafórico donde se perceba a ordem e a clausura do campo metafórico. A metáfora se diz metaforicamente. [...] não há definição cujo definidor não contenha o definido. (RICOUER, 2000, p. 442)

Uma implicação crucial desta formulação para teorias sobre a metáfora, mas também sobre língua, identidade e alteridade, é que o ser falante é, também ele, uma metáfora.

Contudo, em relação aos estudos da literatura, persistiam dúvidas sobre a possibilidade de manter a noção de “sentido literal” das palavras: por que os falantes podem se compreender mutuamente e construir conhecimento, se o sentido é desde sempre metafórico, aberto a interpretações? Dentre as diversas formas de responder a essas indagações, destacamos a do filósofo e crítico literário estadunidense Stanley Fish (1980).

A despeito de corroborar o inegável caráter metafórico da linguagem, Fish observa que há nos discursos certa estabilidade de sentido que nos permite a mútua inteligibilidade. O crítico defende que ela é possível se levarmos em conta o fato de as palavras adquirirem sentido dentro de contextos específicos estruturados por meio do que denominou “comunidades interpretativas”, as quais se referem “ao conjunto de elementos responsáveis, numa determinada época e numa determinada sociedade, pela emergência de significados aceitáveis” (FISH, 1980 apud ARROJO, 2007, p. 79). A redução da instabilidade dos significados e da potencialidade simbólica a que estão sujeitos é, dessa forma, “controlada” – ou administrada – pelos interlocutores inseridos em um dado sistema interpretativo. Termos, expressões e formas de dizer são sistematicamente repetidos e consolidados por esses grupos de falantes, gerando a impressão de que a língua repousa sobre significados pré-existentes fixos ou “literais”.

A intuição e percepção de poetas, filósofos e estudiosos da linguagem serão reafirmadas no final da década de 1970 com o aprofundamento da pesquisa sobre a metáfora, empreendido pelo linguista cognitivo George Lakoff e pelo filósofo Mark Johnson, ambos estadunidenses. Lakoff e Johnson (1980) propõem a Teoria da Metáfora Conceitual, segundo a qual, conforme se lê em *Metáforas da vida cotidiana*, nossa experiência no mundo se dá por meio de uma linguagem essencialmente metafórica. A ideia da existência de uma linguagem-objeto a partir da qual se deriva a metáfora é suplantada pelo entendimento do papel estruturante que a metáfora desempenha na mente humana. A Teoria da Metáfora Conceitual confirmou percepções anteriores e conferiu ao estudo das relações entre linguagem, experiência e pensamento o lugar central que ocupa hoje. Não apenas falamos, mas pensamos metaforicamente; por meio de

metáforas, de figuras que organizam e estruturam os sentidos, criamos, cognitivamente, redes de sentido para nos fazermos compreender e para compreendermos a realidade e o outro.

A ideia de rede de sentidos é também explorada pela pesquisadora brasileira Solange Vereza, que trabalha com a noção de “nicho metafórico”:

Esse conceito enfoca o fenômeno da figuratividade como um recurso organizacional do discurso (retomando a sua função na dispositio e não apenas na elocutio), criando, cognitivamente, redes de sentido, com uma função primordialmente argumentativa. Ao contrário da metáfora sistemática, o nicho metafórico não remete a uma única metáfora cognitiva (mesmo que textualmente específica), mas a toda uma rede metafórica que vai sendo tecida em uma unidade semântico-discursiva (um parágrafo, por exemplo) no texto. (VEREZA, 2010, p. 209)

Pensar a linguagem como uma rede de expressões metafóricas que se sucedem é priorizar, além da coerência, a coesão entre os fragmentos dos discursos e a organicidade dos pensamentos e argumentos.

Em função dos instigantes avanços na área dos estudos sobre metáforas como operações cognitivas, seus postulados serão utilizados mais adiante para dar prosseguimento a nossa discussão.

1. O espaço da tradução: o entre-lugar

Assim como palavra grega *μεταφορά* inicialmente representava a expressão verbal da experiência de transpor, mudar, ir além, a palavra latina *traducere*, em seus primeiros registros, aludia à experiência de movimento, transposição: “conduzir além”, “transferir”, “levar de uma margem a outra”, “transportar”.

A partir da ideia de “levar para o outro lado”, que remete a uma ação física, o termo *traducere*, ou “tradução”, ampliou seu escopo metafórico para referir-se à noção mais abstrata de passagem ou transposição de uma língua para outra. Mauri Furlan, pesquisador da área de Estudos da Tradução, esclarece:

A raiz dos modernos ‘tradurre’ (1420) italiano; ‘traduire’ (1480) francês; ‘traducir’ (1493-95) castelhano; ‘traduir’ (1507) catalão; ‘traduzir’ (1537) português; ‘a traduce’ rumeno, originados de *traducere*, começa no Humanismo, com Leonardo Bruni (Folena 1991: 8-10; 17-19; 34;71). Na história destes termos, segundo o relato de Folena, a primeira aparição de *traductio* se dá junto ao verbo *traducere* numa carta de Bruni datada de 5 de setembro de 1400. [...] O vocábulo *traductio* é já usado por Cícero (*De oratore*, III, 42, 167) como um tecnicismo retórico, indicando a introdução material na língua de chegada de um vocábulo estrangeiro, ou seja, um empréstimo. (FURLAN, 2001, p. 13-4)

Também em *A tradução vivida* (1981), o grande estudioso e

tradutor húngaro Paulo Rónai comenta a respeito da definição atribuída à palavra tradução, recorrendo a seu significado na língua latina:

A comparação mais óbvia é fornecida pela etimologia: em latim, *traducere* é levar alguém pela mão para o outro lado, para outro lugar. O sujeito deste verbo é o tradutor, o objeto direto, o autor do original a quem o tradutor introduz num ambiente novo. [...] Mas a imagem pode ser entendida também de outra maneira, considerando-se que é ao leitor que o tradutor pega pela mão para levá-lo para outro meio lingüístico [*sic*] que não o seu. (RÓNAI, 1981, p. 20)

Assim, levar um texto para o outro idioma é conduzi-lo e deslocá-lo para outro território e, com isso, colocá-lo em um novo meio geográfico, social, histórico e cultural.

Se considerarmos a Teoria de Lakoff e Johnson (1980) acima mencionada, segundo a qual as metáforas são geradas a partir de correlações estruturais entre domínios conceituais, podemos configurar a projeção metafórica de *traducere* para “traduzir” da seguinte maneira: “Traduzir é transpor um texto de uma língua para outra” (Domínio-alvo) é “transportar de um para outro lugar” (Domínio-fonte). O Domínio-fonte refere-se à experiência física de transportar pessoas, animais ou carga de uma margem para outra, levá-los de um ponto a outro, por meio de um veículo (cavalo, barco) por terra ou água; a ação é realizada por um cavaleiro, condutor ou capitão. Através de uma correlação estrutural estabelecida com o Domínio-fonte, gera-se o domínio-alvo, de natureza abstrata, o qual adquire, por essa via, alguma concretude. Assim emerge a metáfora da tradução interlingual como transporte de um texto escrito por um autor na língua A para a língua B, por intermédio de um tradutor, que conduz o texto originário para outro ambiente lingüístico.

Para além das correspondências básicas entre os domínios, novos mapeamentos, acarretamentos ou inferências (FELTES, 2007) abriram para a metáfora “tradução interlingual” outras acepções, produzindo, por sua vez, uma ampla rede de novas metáforas, todas elas inter-relacionadas, mas ligeiramente distintas entre si. Desse modo, a percepção do ato de traduzir se expandiu, e a palavra passou a incorporar aspectos que revelam formas inovadoras de conceber o ato tradutório entre línguas.

A força geradora do conceito de tradução se revelou com maior vigor no século XX como resposta ao momento que o mundo atravessava, momento de revisão radical dos valores e verdades que se encontravam na base das metanarrativas. A semiótica, a teoria literária e a pragmática trouxeram contribuições significativas para a área que, em 1970, James Holmes iria denominar de *Translation Studies* (1988).

O termo tradução passa a ser empregado para referir-se a uma variedade de fenômenos, sejam eles intralinguais – paródias, críticas, comentários – intersemióticos, interartes ou intermidiáticos.

Embora mantendo-se firmemente ligada ao Domínio-fonte, a ideia de tradução entre dois códigos linguísticos aos poucos foi-se diferenciando da correspondência inicial com o transporte físico. Constata-se, por exemplo, que há, no ato de ir para outro lado, nesse trans-lado, um processo inegável de transformação, pois o que se considera “natural”, comum e mesmo óbvio no território A – a língua, as leis, as crenças, os afetos – ganha uma perspectiva diferente, ao entrar em contato com o território B. Em outras palavras, a obra de partida, com seu sentido definitivo e incontestável, recebia novas interpretações ao ser traduzida para a língua de chegada.

Sob novo enfoque, a tradução já não encontra abrigo no paradigma da equivalência ou da fidelidade ao texto original, mas aproxima-se, agora, da metáfora óptica da refração (Lefevere, 1992), que enfatiza a mudança que se opera quando se transpõe um texto para o outro meio. A noção de transporte ou transposição também se vê modificada. Tal complexificação acarreta a inclusão de outros atores responsáveis pelo traslado e inserção do texto traduzido no sistema de chegada: além do leitor, do autor e do tradutor, passam a ser determinantes nesse processo o editor, o crítico, o professor, o historiador, as instituições, o mercado, os governos.

A noção de intraduzibilidade do texto literário – que o condenava à intransitividade e imobilidade— é desafiada, e passa a ser assegurado à obra seu direito de ir e vir e de participar do jogo metafórico, graças ao princípio da renovação, transgressão, ou *make it new*, como postulou o poeta-tradutor Ezra Pound. Também poeta e tradutor, Haroldo Campos inova ao conceber a figura do “tradutor-usurpador”, visto que, para ele, no processo de tradução, o tradutor toma posse do original e ameaça seu suposto lugar de originalidade: sua tarefa, ressignificada, implica “transformar, por um átimo, o original na tradução de sua tradução” (2013, p. 56). Campos reverte as expectativas da lógica convencional ao borrar as fronteiras entre línguas, textos, autor e tradutor.

Nessa linha, novas analogias dinamizam o ato de traduzir: tanto a transfusão como a canibalização sugerem transferência de sangue e rituais de passagem, de renovação e de morte. Traduzir assume um caráter agressivo e transformador, de cunho eminentemente político e crítico: “a minha maneira de amá-los é traduzi-los. Ou degluti-los, segundo a Lei Antropofágica de Oswald Andrade: só me interessa o que não é meu. Tradução para mim é persona. Quase heterônimo”, declara Augusto de Campos (1978, p.7), fazendo justiça ao compromisso de agregar ao estranho, desconhecido e estrangeiro uma voz que lhe garanta um sotaque poético “nosso”, acentuando o próprio no alheio e enriquecendo o polissistema literário brasileiro.

Por tratar de fenômenos que envolvem a comunicação oral, escrita, visual, auditiva e outras formas híbridas da contemporaneidade, a ação tradutória ganha concretude ao evocar a imagem da ponte, para representar processos de travessia, mediação,

trânsito. A metáfora contagia outros processos textuais: intertextos, releituras, rascunhos, palimpsestos, reapropriações, retraduições, transcrições, adaptações.

No caso da adaptação, termo que mantém forte parentesco com a noção de tradução intersemiótica, observa-se que o conceito tem atraído cada vez mais atenção como tema de pesquisa, devido a sua abertura a inúmeras formas artísticas e culturais. Teórico eminente da área, Robert Stam, em *A literatura através do cinema* (2008), propõe uma discussão instigante sobre as relações entre textos escritos (romances, contos, biografias) e suas adaptações ou traduções para a linguagem cinematográfica. Ele examina a natureza multicultural dos meios artísticos e os elementos que migram e se mesclam. As adaptações, segundo o autor, são construções híbridas (expressão que Stam empresta de Bakhtin), intertextos que resultam de um movimento dialógico incessante:

Adaptações fílmicas caem no contínuo redemoinho de transformações e referências intertextuais, de textos que geram outros textos num interminável processo de reciclagem, transformação e transmutação, sem um ponto de origem visível. (STAM, 2008, p. 22)

O elo entre a tradução entre línguas e o termo *traducere* ameaça desfazer-se: R. Stam põe em suspenso a existência de um ponto de partida certo para que o texto embarque em travessia. Essa nova visão integra-se ao processo de metaforização desencadeado pela reflexão sobre as linguagens, fazendo emergir interações imprevistas e redes que ativam sentidos intercomunicantes.

No que diz respeito aos estudos da tradução literária, observa-se a incorporação de mais um teor ao conceito de tradução, tal como o definem Theo Hermans e André Lefevere (1985): “do ponto de vista do sistema receptor, toda tradução implica um certo grau de manipulação do texto-fonte, com um determinado objetivo” (HERMANS apud MARTINS, 2010, p. 61). Abordada dentro do paradigma descritivista como reescrita de um texto de partida, a tradução sempre reflete/refrata um posicionamento ideológico e uma poética que fatalmente incidirão sobre o texto final.

(re)escrita é manipulação, realizada a serviço do poder, e em seu aspecto positivo pode ajudar no desenvolvimento de uma literatura e de uma sociedade. As reescritas podem introduzir novos conceitos, novos gêneros, novos recursos, e a história da tradução é também a história da inovação literária, do poder formador de uma cultura sobre outra. Mas a reescrita também pode reprimir a inovação, distorcer e controlar, e em uma época de crescente manipulação de todos os tipos, o estudo dos processos de manipulação da literatura, exemplificado pela tradução, pode nos ajudar a adquirir maior consciência a respeito do mundo em que vivemos. (LEFEVERE, 1992 apud MARTINS, 2010, p. 62)

A dimensão de poder destacada por Lefevere e Hermans confere à tradução um papel vital na formação da história literária e expõe os diversos mecanismos de manipulação a que as culturas estão sujeitas pela ação dos agentes de continuidade cultural. A relação entre culturas e literaturas via tradução é tratada no contexto das tensões entre poderes, constituindo-se ora como troca colaborativa entre línguas e recursos criativos, ora como meio de repressão e censura a formas e temas inovadores. Nessa perspectiva, a tradução é um ato político e ético e seus participantes têm papel vital na construção de sistemas culturais e sociais.

Compatível com essa visão, o teórico e tradutor Lawrence Venuti (1995, 1998) explora essa acepção e enriquece o debate, trazendo questões importantes, tais como a visibilidade e a invisibilidade do tradutor – no texto e na sociedade – e as implicações das opções por estratégias domesticadoras ou estrangeirizadoras como formas de representar/manipular o texto-fonte. Por meio de estudos de caso, Venuti mostra que a criação e disseminação de imagens de autores e culturas estrangeiras no polo receptor (que solicita e recebe as traduções) é parte de um quadro social, político e histórico muito mais amplo.

Venuti discute sobre a função da literatura traduzida nos sistemas de chegada e ressalta que os procedimentos envolvidos na integração de textos estrangeiros em um sistema receptor (ou “doméstico”, como assinala o teórico) têm efeitos de longo alcance:

Uma escolha calculada de um texto estrangeiro e de uma estratégia de tradução pode mudar ou consolidar os cânones literários, paradigmas conceituais, metodologias de pesquisa, técnicas clínicas e práticas comerciais da cultura doméstica. A definição dos efeitos da tradução como conservadores ou subversivos depende fundamentalmente das estratégias discursivas desenvolvidas pelo tradutor, mas também dos vários fatores que influem na sua recepção, incluindo a diagramação da página e arte final da capa e do livro impresso, a publicidade que se faz em torno dele, a opinião dos resenhadores e os usos feitos da tradução nas instituições sociais e culturais, o modo como ela é lida e ensinada. (VENUTI, 2002, p.127)

Diante da complexidade e variedade de significados atribuídos ao fenômeno da tradução durante o século XX, constata-se certo distanciamento das novas acepções em relação à metáfora do traslado ou passagem, em sua representação mais “concreta”. Contribui para essa proliferação de sentidos o fato de o intercâmbio entre línguas, literaturas, sociedades, histórias, posturas ideológicas e normas culturais ter sido alvo de problematização de outros campos do saber. A tradução já não se restringe ao trajeto de um porto de saída rumo ao solo de chegada, mas ocupa o imenso, profundo e inquieto mar-espço entre eles. O espaço “entre”. Entre culturas.

2. Língua, cultura e tradução: a comunicação intercultural

A expansão da rede metafórica do termo “tradução” deve-se, como procuramos mostrar acima, ao acréscimo de tramas conceituais, que contaminam os discursos pelas vias da analogia, da intertextualidade, dos empréstimos, das sobreposições. Um dos conceitos que tem se tornado cada vez mais próximo à tradução é o de cultura.

“Cultura” – e voltamos a nosso ilusório, mas curioso jogo de etimologias – provém do latim *colere* e surgiu como metáfora para o ato de “vigiar, cuidar, acompanhar o crescimento das plantas, cultivar”. Por comparação, passou a significar, tal como registrado em documentos do século XVI, o cultivo da mente através da educação, do aprimoramento e refinamento. Em torno de 1805, designava “aprendizagem e gosto, a parte intelectual da civilização” e, em 1867 se definia como “os costumes e conquistas de um povo, uma forma particular de desenvolvimento intelectual coletivo” (*Online Etymology Dictionary*).

A história dá testemunho da variedade de sentidos e implicações do termo “cultura”, desde a problemática valorização da “alta cultura” como contraponto à “baixa”, primitiva, pouco elaborada ou destituída de inteligência, até a polêmica envolvendo a dialética entre cultura e natureza. Os avanços tecnológicos e as mudanças sociais drásticas que o mundo presenciou no século XX acentuaram a proliferação de sentidos da palavra cultura, conforme fica claro no livro de Terry Eagleton, *A ideia de cultura* (original de 2000). Nele, o autor discute definições divergentes, algumas abrangentes demais, cuja validade se vê ameaçada exatamente por esse motivo, e outras, que se revelam restritas demais, limitando-se a campos de conhecimento ou condições de existência, como assinala Geoffrey Hartman: “[...] cultura da fotografia, cultura das armas de fogo, cultura da prestação de serviços, [...], a cultura da dor, a cultura da amnésia, etc” (HARTMAN, 1997 apud EAGLETON, 2011, p. 58-9).

Eagleton empreende uma rica reflexão sobre a mudança histórica do conceito de cultura, que inclui significados antagônicos e polêmicos, todos devidamente ancorados em seus contextos de produção. O teórico traz para o centro da discussão temas espinhosos próprios à contemporaneidade, como é o caso da reflexão sobre a identidade de uma nação ou grupo, que o autor vê como algo muito além da fórmula “cosmopolita versus o local”, entendendo-a como uma questão de confronto geopolítico entre “a civilidade ocidental e tudo aquilo com que ela se defronta em outros lugares” (2011, p.120). O estudo de Eagleton é denso e debate problemas que se relacionam visceralmente à questão cultural, como a função da cultura na estruturação das nações e na formação de identidades e a homogeneização à qual nos submete a cultura de massas.

Dentro de sua visada marxista, o teórico concebe a cultura como um processo de reprodução da sociedade, mais especificamente, como um “complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” (EAGLETON, 2011, p. 54).

Um olhar para a metáfora “cultura”, derivada de *colere* pode revelar correlações interessantes para nossa reflexão. A palavra latina *colere* refere-se a “cultivo de plantas, agricultura, colheita”, tornando-se, para fins do presente estudo, o Domínio-fonte a partir do qual se estabelecem relações estruturais com o Domínio-alvo “cultura”, aqui formulado como “cultivo de valores, crenças, conhecimentos e práticas sociais”. Tal conceito de cultura está cada vez mais presente nas pesquisas desenvolvidas sobre tradução.

Assim, enfocamos, a seguir, duas acepções de cultura ligadas à tradução, que tiveram e têm destaque nos debates teóricos e cujos pressupostos e desdobramentos diferem significativamente.

A primeira vincula-se à acepção de cultura validada na obra *Translating cultures* (2004), de David Katan. O livro se destina “ao ensino da cultura para tradutores, intérpretes e outros mediadores”, visando a “ampliar a compreensão do papel da cultura na construção, percepção e tradução da realidade” (2004, p. 1, nossa tradução). Seu objetivo é apresentar a concepção de “intérprete cultural” ou “mediador cultural”, figura essencial em um mundo globalizado que, de modo crescente, requer mediação para viabilizar o intercâmbio entre governos, empresas, pesquisadores, instituições financeiras e movimentos políticos.

Partindo de várias definições existentes de cultura, Katan cita Trompenaars e Hampden-Turner, que admitem que “Ao longo de vinte anos, raramente encontramos dois ou mais grupos ou indivíduos com ideias idênticas em relação ao conceito de cultura” (TROMPENAARS AND HAMPDEN-TURNER, 1997 apud KATAN, 2004, p. 25) (nossa tradução). No entanto, Katan acredita que é necessário estipular um conceito que possa ser útil para o estudante e profissional de língua e tradução e, após discutir alguns deles, opta por definir cultura como modelo ou mapa mental de mundo partilhado, ou “um sistema partilhado para interpretar e organizar a realidade” (2004, p. 26). Tal sistema é um conjunto de crenças, valores, estratégias e ambientes cognitivos que fornece a base comum para o comportamento e que deve ser cuidadosamente considerado pelo tradutor e pelo intérprete em seu trabalho. Assim, esses profissionais atuam como agentes interculturais engajados em processos interpretativos, que devem guiar suas decisões comunicativas para atender às prioridades de leitores, espectadores e participantes de outra língua-cultura.

Bem fundamentado e repleto de exemplos de situações que exigem dos profissionais uma capacidade bilíngue aliada a algum grau de biculturalismo, *Translating Cultures* discute as relações entre tradução e cultura e vincula as duas concepções, agregando à tradução mais uma dimensão.

A cultura materializa-se como língua, e a tradução viabiliza a troca linguístico-cultural entre povos e grupos sociais diversos. Os blocos linguísticos que alicerçam uma dada cultura são importados via tradução e esta, por sua vez, é praticada de maneira a representar as peculiaridades e os implícitos culturais de emissores e receptores. Daí decorre o valor da competência intercultural, isto é, do conhecimento e da consciência que tradutor e intérprete devem desenvolver para promover a aproximação bem-sucedida entre territórios, interesses e textos.

Acreditamos que, pensando nos termos da Teoria da Metáfora Conceitual, pode-se dizer que o Domínio-alvo "Traduzir é transpor um texto de uma língua para outra", derivado do Domínio-fonte *traducere*, modifica-se em razão de sua associação como o Domínio-alvo "a cultura é cultivo de crenças e práticas viabilizadas por meio da língua, sendo a língua parte constitutiva desse cultivo", decorrente do Domínio-fonte *colere*. Da aliança entre os dois Domínios-alvo surge uma nova metáfora, que amplia o sentido de traduzir: "traduzir é transpor línguas-culturas".

Vejamos agora outro modo de articular o conceito de cultura ao de tradução; ele parte da ideia de trocas culturais e leva em consideração a perspectiva da alteridade e da diferença cultural.

3. A tradução cultural: negociação entre alteridades

É no campo da antropologia social inglesa que, a partir da década de 1950, a descrição de uma cultura estrangeira passou a ser associada à expressão "tradução cultural".

Tal correlação emergiu do reconhecimento da impossibilidade do registro objetivo das práticas de um determinado grupo cultural-- percepção que tornava o processo mais próximo à noção de tradução do que de descrição. A tarefa do etnógrafo, tal como a do tradutor, é transpor de um cenário para outro; descrever ou representar algo ou alguém estranho (estrangeiro); seu papel é também o de mediador.

Como o tradutor, o etnógrafo executa seu trabalho como sujeito imerso em um universo linguístico-cultural do qual ele não pode se desfazer ao falar *do* e *para* o outro. Instala-se, aqui, uma questão ética fundamental, já que o outro só pode ser observado como o outro de um "eu", que jamais poderá descrevê-lo "tal como é". Para viabilizar sua descrição, o etnógrafo-tradutor deve estar ciente de que a figura do Outro é sempre produto de uma construção cultural que decorre da lógica imanente da cada formação cultural específica. Sendo assim,

[...] não pode haver um simples contraste entre a ordem cultural "deles" e a "nossa", uma vez que aquela é gerada como um objecto cognoscível a partir do interior da "nossa" ordem cultural. A divisão entre "nós" e "eles" funciona como uma imagem de espelho – uma inversão, que nos diz apenas o que queremos saber a respeito de nós próprios. (FROW, 1995 apud RIBEIRO, 2005, *online*)

Se nos basearmos em Lakoff e Johnson (1980), podemos entender a metáfora conceitual “descrever culturas é traduzir” como uma metáfora estrutural, pois sua formação consiste na estruturação de uma experiência em termos de outra:

c) Metáforas estruturais:

Estas implicam ‘em estruturar um tipo de experiência ou atividade em termos de um outro tipo de experiência ou atividade’ (p.53). Esse é o caso, por exemplo, da metáfora COMPREENDER É VER. (FELTES, 2007, p.155).

Partindo do conceito de tradução cultural gestado tanto pela antropologia social britânica como pelo pensamento pós-colonial desenvolvido, entre outros, por Gayatri C. Spivak e Robert C. J. Young, o teórico e crítico-literário anglo-indiano Homi Bhabha dá um enfoque inovador às relações entre tradução e cultura, ao propor a metáfora “tradução cultural”. Interessa a Bhabha examinar os discursos híbridos produzidos no contexto dos movimentos migratórios incitados pelas ex-colônias, pois neles transparecem as discrepâncias e desigualdades de um mundo que foi atravessado pelo fenômeno da globalização, reconfigurou-se geograficamente, fragmentou-se socialmente em múltiplas identidades nacionais e culturais e sujeitou-se ao (des)mando dos poderes político-econômicos.

A partir dos fenômenos da contemporaneidade, o teórico avalia a travessia de sujeitos e discursos entre fronteiras culturais como um processo de continuada transformação e reelaboração, ao longo do qual os produtos verbais entre línguas mantêm uma renovada tensão produtiva. A metáfora “tradução cultural”, portanto, diz respeito ao deslocamento demográfico de sujeitos que se hibridizam em contato com outras culturas, com as quais são chamados a negociar suas diferenças.

É importante lembrar que Bhabha pensa a cultura no contexto da experiência pós-colonial; enquanto tal, ele tem como objeto de análise as culturas híbridas pós-coloniais, marcadas por histórias do deslocamento de espaços e origens, tanto no sentido da experiência da escravidão quanto da experiência das diásporas migratórias das metrópoles para as colônias e das colônias para as metrópoles. (SOUZA, 2004, p.124)

A expressão “tradução cultural”, resultado da aproximação estabelecida entre os domínios “cultura” e “tradução”, tornou-se um conceito chave para a discussão sobre o movimento de sujeitos de/para culturas, pois instaura o “estar entre” como espaço para a sobrevivência de todo aquele que (sobre)vive em trânsito. Entendemos que é sob essa perspectiva que o teórico anglo-indiano Homi Bhabha (*O local da cultura*, 1994/2005) fala em “tradução cultural”.

Assim situada, a tradução cultural se coloca como metáfora central do deslocamento, transformação e ressignificação de símbolos aparentemente autoexplicativos e homogêneos – originários das metrópoles – em signos produzidos nos contextos pós-coloniais. Souza reflete sobre esse processo de constituição de sentidos:

Nas culturas atuais pós-coloniais, tanto das antigas metrópoles quanto das ex-colônias, esses antigos *símbolos* precisam ser desnudados para revelar seu hibridismo; precisam, portanto, ser ressignificados ou traduzidos como *signos* que são interpretados de formas diferentes na multiplicidade de contextos e sistemas de valores culturais que se acotovelam e se justapõem na constituição híbrida das culturas pós-coloniais. (SOUZA, 2004, p.125)

A revisão de símbolos herdados – a qual Souza define como tradução – refere-se às mudanças provocadas pelas indagações próprias ao período pós-colonial, especificamente ao processo de troca culturais e mestiçagem se dá com base na negociação entre diferenças, isto é, entre alteridades.

Para Homi Bhabha, o diálogo entre alteridades só pode de fato ser estabelecido por meio de negociações que nunca chegam a termo, visto que chegar a uma palavra final corresponde a aniquilar ou excluir o outro. A interação “entre outros” é o motor propulsor das civilizações, é a demanda perene que nos atiga. Subjaz à impossibilidade de término da negociação a hipótese de que algo resiste à interpretação, de que algo não se entrega à tradução e, assim, persiste, desafiando o desejo de ordem, controle e verdade definitiva. Esse cerne intraduzível é um tema que marca as reflexões do filósofo e tradutor alemão Walter Benjamin.

Muito apropriadamente, ao analisar o conceito de tradução cultural postulado por Homi Bhabha, Rodrigo S. Graça (2016) o aproxima das colocações de Walter Benjamin em *A Tarefa do Tradutor* (1921). De fato, H. Bhabha é claro ao expor a relação que faz entre o conceito que postula e as ponderações de Benjamin:

Gostaria de introduzir a noção de “tradução cultural” (e o meu uso é desenvolvido a partir das observações originais de Walter Benjamin sobre a tarefa da tradução e a tarefa do tradutor) para propor que todas as formas de cultura são de alguma forma relacionadas entre si pela cultura ser formada através da significação ou atividade simbólica. (RUTHERFORD, 1990 apud GRAÇA, 2016, p. 97-8).

Graça retoma o argumento da impossibilidade da tradução total, seja entre idiomas, seja entre culturas. Reflete o pesquisador:

O ‘núcleo do intraduzível’ ou a ‘estrangeiridade’, referidos a partir de Benjamin, se compõem para Bhabha como a impossibilidade de uma tradução cultural totalizante: não seria possível a mera transferência imitativa e impositiva de significados; enquanto a ‘estrangeiridade das

línguas' remete ao não-acabamento das culturas. (GRAÇA, 2016, p.103)

Na visão de Bhabha, a construção da cultura e das identidades culturais se dá nas bases de um movimento tradutório produtivo, aberto, permanente. A convivência entre "núcleos de estrangeiridade" veta a possibilidade da tradução totalizante – aquela que se produz a partir da ilusão da interpretação única e cristalizada. Ao contrário, o núcleo de intraduzibilidade garante a construção de culturas híbridas, que sobrevivem por meio da tradução de valores e experiências heterogêneas.

A garantia do não-fechamento da negociação supõe uma postura ética entre perspectivas culturais. A tradução cultural presume o respeito ao outro, sem o qual não pode haver interação de fato; sem diferença, a negociação perde seu sentido e o próprio conceito de tradução se esvazia. A respeito de tradução e alteridade, é oportuna a citação que António Sousa Ribeiro (2005) faz das considerações de Wolfgang Iser:

No pressuposto de que, como lembra Wolfgang Iser, a traduzibilidade implica a tradução da alteridade sem a subsumir em noções preconcebidas. Por outras palavras, como escreve ainda Iser, no acto de tradução uma cultura estrangeira não é simplesmente subsumida no nosso quadro de referência; pelo contrário, o próprio quadro é sujeito a alterações para se adequar àquilo que não se encaixa nele (Iser, 1994). (RIBEIRO, 2005, n.p.)

Em outras palavras, a metáfora da tradução traz em seu cerne a condição de movimento contínuo que transforma não só tudo o que chega a determinada cultura, mas a própria cultura de chegada. Na metáfora da tradução cultural, a ação tradutória não se limita à direção de/para, mas instaura uma experiência que se estende a todos os que participam do intercâmbio comunicativo no mundo pós-Babel, para citar outra metáfora frequente ligada à tradução.

Conforme argumentamos anteriormente, o Domínio-fonte: *traducere*, relativo ao ato físico de transporte de algo ou alguém de uma para outra margem, suscitou, por meio da projeção metafórica, de acarretamentos e associações, Domínios-alvo que remetem, por exemplo, ao transporte ou à passagem de uma língua para outra e, em associação com Domínio-fonte *colere*, viabilizou a ideia da tradução de uma para outra língua-cultura. A proliferação de sentidos metafóricos deve-se à natureza de indeterminação e abertura das metáforas, o que as torna valiosos recursos procriadores de linguagem, sujeitos a interpretações histórica e culturalmente motivadas.

Seguindo essa linha de raciocínio, nota-se que a vitalidade do conceito de tradução cultural proposto por H. Bhabha procede da renovação que o teórico propõe, tendo em vista questões centrais atinentes à realidade atual. Pode-se dizer que os dois conceitos-chave,

tradução e cultura, ancorados na história de duas áreas do saber do campo das Ciências Humanas - a Linguística e a Antropologia-, se combinaram para além das correspondências conhecidas, produzindo um construto conceitual que não é a soma de dois Domínios-fonte ou a mera extensão de Domínios-alvo, mas a expressão de uma nova relação entre eles.

A metáfora da tradução cultural ganha, por meio de correlações estruturais, projeções, acarretamentos e inferências, um contorno singular, conforme procuramos expor abaixo:

- Traduzir é levar de uma margem a outra. → Sujeitos pós-coloniais atravessam fronteiras/margens.
- Traduzir é transpor textos de uma língua para outra. → Sujeitos e textos são transpostos, traduzidos para outra língua e cultura.
- Traduzir não é um ato objetivo, neutro, impessoal. → Descrever culturas não é um ato objetivo, imparcial, desinteressado.
- Traduzir entre línguas é uma prática sempre aberta a novas interpretações. → Traduzir signos e culturas é um processo permanente de formação simbólica.
- Traduzir é mediar línguas-culturas. → Traduzir é negociar diferenças linguísticas, sociais, culturais.

A correlação entre as duas últimas proposições requer discussão.

Em “traduzir é mediar línguas-culturas” (KATAN, 2004), subentende-se que língua e cultura são conceitos interdependentes, ou seja, que a língua é constitutiva da cultura, cultura entendida como um sistema partilhado de crenças, valores, estratégias e ambientes cognitivos que fornece a base comum para o comportamento. Para mediar culturas de forma competente, o tradutor deve conhecer a fundo não só as línguas, mas as culturas envolvidas. O pressuposto é que as culturas são blocos de sentido que devem ser decifrados e mapeados para que possam ser conhecidos. O conhecimento detalhado das duas (ou mais) línguas e culturas prepara o tradutor para resolver as inevitáveis divergências linguístico-culturais entre dois sistemas.

Já em “Traduzir é negociar diferenças linguísticas, sociais, culturais” (tal como propõe Bhabha), a ideia central é a de uma negociação que se dá em caráter permanente – negociação, portanto, que nunca chega a termo. Se a negociação nunca se dá por encerrada é porque há um elemento de diferença irreduzível na relação entre mim e o outro, que garante à alteridade um reduto de estrangeiridade. Todo ato tradutório se mantém indefinidamente aberto à interpretação, sem repostas totalizantes ou significados definitivos.

Trabalhando com limites, restrições e interesses, o tradutor cria linguagem ao interpretar e modificar a obra de partida, negociando para ela um lugar nos sistemas da cultura de chegada. São oportunas,

aqui, as palavras de Paul de Man (1986), citadas por Bhabha: "... [a tradução] põe o original em funcionamento para descanonizá-lo, dando-lhe o movimento de fragmentação, um perambular de errância, uma espécie de exílio permanente" (2005, p. 313).

As noções de origem e destino são desestabilizadas e é no entre-lugar que se trava a continuada batalha de tradução, retradução e ressignificação. Articulados na expressão "tradução cultural", os dois termos se aproximam e matizam um ao outro: o termo cultura, marcado pelo não acabamento e pelo processo de tornar-se, assume seu parentesco com a tradução, pois ambas as metáforas acolhem, no seu interior, desde sempre, a alteridade e o hibridismo.

4. Considerações Finais

O recorte breve e parcial que apresentamos nos permite observar algumas alterações conceituais marcantes pelas quais passou a metáfora "tradução", na travessia por mudanças linguísticas, sociais, estéticas, éticas e políticas que caracterizaram a crescente complexificação das estruturas e trocas linguístico-culturais ao longo da história. Observa-se que os avanços da pesquisa em diversas áreas, e os novos questionamentos a que incitam, promovem alterações significativas nos modos de interpretar a vida social.

Conforme procuramos mostrar, a metáfora da tradução revelou-se extremamente produtiva, dado que o Domínio-fonte *traducere* gerou inúmeras correlações estruturais e acarretamentos metafóricos que, associados ao Domínio-fonte *colere*, coloriram com tonalidades imprevistas o conceito. A esse respeito, afirma Lakoff: "o número de expressões lingüísticas [*sic*] que codificam uma dada metáfora conceitual é uma medida da produtividade da metáfora" (LAKOFF, 1987 apud FELTES, 2007, p. 156).

Pensar a metáfora é pensar a língua de que somos feitos, refletir sobre a interação entre identidade e diferença, conscientizar-se do papel da linguagem na construção de todos os projetos humanos. Já poetas e ensaístas como Jorge Luis Borges e Octavio Paz haviam assinalado que a força criadora da palavra se deve justamente a sua incompletude, indeterminação e abertura para relacionar-se com outras e procriar. Para Octavio Paz, leitor de Jakobson, os dois procedimentos literários mais importantes são a metonímia e a metáfora; esta última, se encontra na base da experiência e do pensamento (1980, p. 14-5).

A expressão "tradução cultural", alvo de reflexão deste estudo, apresenta um alto grau de complexidade e abstração, o que reforça o potencial metafórico da palavra tradução. António Sousa Ribeiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, corrobora esse entendimento:

Pode dizer-se sem qualquer reserva que a tradução se tornou uma palavra chave da nossa contemporaneidade, uma metáfora central do nosso tempo. Potencialmente, toda a situação em que se procura fazer sentido a partir de um relacionamento com a diferença pode ser descrita como uma situação translatória. Nesta acepção ampla, o conceito de tradução aponta para a forma como não apenas línguas diferentes, mas também culturas diferentes e diferentes contextos e práticas políticos e sociais podem ser postos em contacto de forma a que se tornem mutuamente inteligíveis, sem que com isso tenha que se sacrificar a diferença em nome de um princípio de assimilação. O que significa, dito de outro modo, que a questão da ética da tradução e da política da tradução se tornaram tanto mais prementes nos nossos dias. (2005, n.p.)

A tarefa da tradução, no mundo atual, passa a ser responsabilidade de todos os sujeitos, em todas as partes do globo. Ela suscita novas práticas de criação de sentidos que representem as perspectivas culturais. Assim concebida, a metáfora tradutória gestada no contexto da visibilidade das diferenças acrescenta camadas de significados à metáfora da tradução intralingual e entre línguas, mídias e artes.

Da acepção mais concreta de passagem de um lugar a outro, a tradução passou a metáfora conceitual empregada nos estudos literários, nas teorias linguísticas, nos estudos sociais, nas discussões sobre a representação do outro cultural. Abandonando o porto seguro das trocas entre as culturas de partida e a de chegada – blocos sólidos cujas especificidades são plenamente traduzíveis –, a tradução arriscou-se a desafiar seus limites e lançou-se à exploração do estar “entre”, onde as diferenças não são maquiadas, mas enfrentadas, e onde as trocas dão lugar ao processo continuado de negociação.

Referências Bibliográficas

ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução*. São Paulo: Ática, 2007.

ARROJO, Rosemary. O labirinto inescapável da linguagem: Matriz temática da obra de Jorge Luis Borges. *Veredas*. Revista da PUCSP, nº 104. São Paulo, PUCSP, 1985, p.35-45.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CAMPOS, Haroldo de. Para Além do Princípio da Saudade: A teoria benjaminiana da tradução. TÁPIA, Marcelo e NÓBREGA, Thelma M. (org.). *Haroldo de Campos -Transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 47-59.

DARIN, Leila Cristina de Melo. A tradução cultural como metáfora *Revista Intercâmbio*, v. XLIII: 47-66, 2020. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

MENDES, Paula. Metáfora. *E-Dicionário de Termos Literários*, Coord. Carlos Ceia, 2010. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt> Acesso em: 12 de agosto, 2018.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FURLAN, Mauri. Os romanos. *Brevíssima História da Teoria da Tradução no Ocidente I*. UFSC, 2001.

GRAÇA, Rodrigo. Tradução cultural e política em Homi Bhabha: recepção de a tarefa do tradutor de Walter Benjamin. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 2(27), 96-113, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/114391> Acesso em: 23 de abril, 2018.

MARTINS, Márcia do Amaral Peixoto. As Contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti para a Teoria da Tradução. *Cadernos de Letras (UFRJ)*. n.27, dez. 2010, pp. 59-62.

PAZ, Octavio. Tradução, literatura e literalidade. *Traducción, literatura y literalidad*. Tradução de Doralice Alvez de Queiroz. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, pp. 08-33.

RIBEIRO, António Sousa. Tradução como Metáfora da Contemporaneidade. Pós-Colonialismo, Fronteiras e Identidades. 18 July 2005. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1245Eurozine>. Acesso em: 10 de outubro, 2018.

RICOUER, Paul. *A Metáfora Viva*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 113-133.

STAM, Robert. *A literatura através do cinema: realismo, magia e arte da adaptação*. Tradução de Marie-Anne Kremer e Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DARIN, Leila Cristina de Melo. A tradução cultural como metáfora *Revista Intercâmbio*, v. XLIII: 47-66, 2020. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.

VEREZA, Solange C. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*. N. 41, p. 199-212, 2010.

WEILER, Christina. *The Romantic Roots of Cognitive Poetics: A Comparative Study of Poetic Metaphor in Herder, Novalis, Wordsworth, Coleridge, and Shelley*. Tese de Doutorado. Purdue University, 2017.